

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.121.226 - RJ (2017/0145404-8)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A
ADVOGADOS : JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO E
OUTRO(S) - RJ069747
JOÃO GABRIEL MAFFEI - RJ172751
AGRAVADO : MARCUS WELBY POGGIAN GONZALEZ
ADVOGADOS : ANTÔNIO SÉRGIO MARINHO DA COSTA - RJ062632
ALEXANDRE GOMES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
RJ081647

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **Light Serviços de Eletricidade S/A**, contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 583):

Agravos internos na apelação cível. Ação indenizatória. Suposto furto de energia elétrica. Dano moral. Decisão monocrática que negou provimento a ambos os apelos, mantendo a sentença recorrida por seus próprios fundamentos. Agravo Interno interposto pelo autor repisando a necessidade de condenação da prestadora de serviço público em danos morais. Agravo Interno interposto pela concessionária-ré visando tão somente a majoração dos honorários de sucumbência. Sentença penal absolutória que se baseou na falta de provas para condenação. Presunção de inocência do acusado-autor que não gera, por si só, o dever de indenizar. Inteligência do artigo 935 do ordenamento substancial. Matéria pacificada no âmbito do STJ. Ausência de outras provas referente ao abalo moral suportado pelo autor. Quanto ao pleito recursal da 2ª agravante, tal pretensão tampouco merece amparo. Honorários advocatícios de sucumbência adequadamente fixados em R\$5.000,00 (cinco mil reais) e que merecem ser mantidos. Aplicação do artigo 85, §§ 2º e 8º do NCPC, diante da ausência de condenação. Precedentes da Corte Nacional em matéria que jamais foi objeto de controvérsia, o que permite a aplicação do artigo 932, inciso IV, letra "b" do CPC. Sentença de primeiro grau que merece ser mantida. Recorrentes que não trazem argumentos suficientes para alterar a decisão ora agravada. Improvimento dos agravos internos.

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art.1.022 do CPC/2015 (fls. 620/624).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 84, §§ 2º, 6º e 8º, e 1.021, §4º, todos do CPC/2015. Para tanto, sustenta que (i) não há justificativa para a aplicação de multa, em razão da inexistência do caráter protelatório na interposição do recurso; (ii) os honorários sucumbenciais devem ser majorados, pois irrisórios.

É o relatório.

Sobre a incidência da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, o Tribunal *a quo* fixou-a por compreender que *"a aplicação da multa processual decorre da improcedência do recurso, decidida de forma unânime pelo Colegiado e não de ato protelatório"* (fl. 624).

Entretanto, segundo orientação desta Corte, a cominação da multa prevista no artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 não é automática, porquanto não se trata de mera decorrência lógica do não conhecimento ou improvimento do agravo interno em votação unânime.

Ressalte-se que o fato de ser declarado manifestamente inadmissível ou improcedente não significa que o magistrado deva, de plano, condenar a parte ao pagamento de multa, pois os preceitos do artigo 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 são precisos em estabelecer a necessidade de justificação quanto à formação da sua convicção em decisão fundamentada.

Nesse contexto, a exigência de motivação da decisão, no que concerne à referida condenação, privilegia o papel do julgador, a quem cabe avaliar em cada caso concreto sua aplicação.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. ART. 535 DO CPC/73. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 284/STF. DECRETO. INFRINGÊNCIA. CONCEITO DE LEI FEDERAL. SÚMULA N. 518/STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE INATACADO.

SÚMULA N. 283/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DO FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO. SÚMULA N. 284/STF. ASTREINTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DISSENSO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO.

ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para o presente Agravo Interno, embora o Recurso Especial estivesse sujeito ao Código de Processo Civil de 1973.

II - O recorrente não indicou de forma precisa o ponto omissivo, contraditório ou obscuro do acórdão recorrido, tampouco a sua importância para o deslinde da controvérsia, resultando em fundamentação deficiente quanto à alegada violação ao art. 535 do CPC/73. Aplicação da Súmula n. 284/STF.

III - O conceito de tratado ou lei federal, previsto no art. 105, inciso III, a, da Constituição da República, deve ser considerado em seu sentido estrito, não compreendendo súmulas de Tribunais, bem como atos administrativos normativos, o que atrai o óbice da Súmula n. 518/STJ. IV - O recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, apresentando razões dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal a quo, o que atrai, em conjunto, os óbices das Súmulas n. 283 e n. 284 do STF.

V - Esta Corte entende que, para a revisão do valor arbitrado a título de "astreintes", há necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que lhe é vedado, ante o enunciado da Súmula 7/STJ.

VI - O recurso especial não pode ser conhecido com fundamento na alínea c, do permissivo constitucional, pois a parte recorrente deixou de juntar certidão ou cópia do acórdão apontado como paradigma ou, ainda, reproduziu julgado disponível na Internet, sem indicação da respectiva fonte, bem como deixou de indicar o repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, no qual foi publicada a decisão divergente, malferindo, assim, o disposto nos arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, a, e § 2º, do Regimento Interno desta Corte.

VII - Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

VIII - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade

ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

IX - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1.247.725/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/02/2019, DJe 08/02/2019)

Assim, necessário se faz a reforma do acórdão recorrido nesse ponto.

De outro lado, no que se refere aos honorários advocatícios, não há como acolher a pretensão de que a verba seja fixada com base nos dispositivos do CPC/2015. Isso porque a Corte Especial do STJ firmou compreensão no sentido de que "*o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença*" (**EDcl na MC 17.411/DF**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/11/2017, DJe 27/11/2017).

Na hipótese vertente, consta dos autos que a sentença foi proferida em 16/12/2014, portanto, antes do início da vigência do CPC/2015, o qual se deu na data de **18/03/2016**, conforme o teor do Enunciado Administrativo 1 do STJ ("*O Plenário do STJ, em sessão administrativa em que se interpretou o art. 1.045 do novo Código de Processo Civil, decidiu, por unanimidade, que o Código de Processo Civil aprovado pela Lei n. 13.105/2015, entrará em vigor no dia 18 de março de 2016*").

De toda forma, mesmo que se compreenda que o inconformismo tem por base o art. 20, § 4º, do CPC/73, a jurisprudência do STJ orienta-se no sentido de que, em regra, não se mostra possível em recurso especial a revisão do valor fixado a título de honorários advocatícios, pois tal providência exigiria novo exame do contexto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Todavia, o óbice da referida súmula pode ser afastado em situações excepcionais, quando for verificado excesso ou insignificância da importância arbitrada, ficando evidenciada ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, hipóteses não configuradas nos autos.

Ante o exposto, **dou parcial provimento** ao agravo e, nessa extensão,

conheço do recurso especial quanto à afronta ao art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, para **dar-lhe provimento** para cassar a multa imposta pelo Tribunal de origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

